



Anais da Assembleia

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XLII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 87.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aribal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cezar Silvestri e Dirceu Manfredi (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187. § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis-

cussão e de votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso à Professora do Departamento de Comunicação da UEL, FRANCISCA SOUZA MOTA E PINHEIRO, por sua brilhante apresentação de tese perante banca examinadora no Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo, SP. Lá defendem e recebeu o conceito "A" na tese de Mestrado "O RÁDIO ENQUANTO MÍDIA - um análise da situação em Londrina"

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido raro, em nosso país, algum estudioso debruçar-se sobre o valor histórico e atual do veículo "rádio". Quando alguém como a eminente Professora Francisca Souza Mota e Pinheiro, produz um formidável documento a respeito da importância do rádio e mais ainda, o faz considerando sua intervenção numa certa comunidade como é o caso de Londrina, é muito importante que saudemos o evento! Sou radialista há mais de 10 anos, e pela primeira vez, tenho a súbita honra de destacar um trabalho desta envergadura, sobre o veículo que tanto prezo e no qual me empenho há tantos anos! Daí, a alegria com que solicito à esta Casa, o reconhecimento público à ilustre autora!

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Doutor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, complementando o reconhecimento público manifestado pelo institucional "Bicho do Paraná", que ora esta sendo veiculado nas emissoras de televisão do Estado.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A homenagem televisiva transcende os

limites da área de atuação jurídica do Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e provoca o reconhecimento de todos os paranaenses a uma figura - por todos os méritos que trabalha e vive para honrar princípios verticais de dignidade, competência e probidade na condução de suas atividades profissionais e, sobremaneira, na forma ilibada com que se conduziu quando chamado a prestar serviços públicos ao Estado do Paraná.

Como Deputado Federal, Secretário de Estado, Juiz Federal e professor Universitário, o Dr. Manoel soube se comportar e agir com estatuta e posicionamento dignos.

Houve por bem a comunidade paranaense, através da Umuarama Comunicação e Marketing e da TV Paranaense Canal 12, que há seis anos mantém no ar a campanha "Bichos do Paraná", agora com o institucional nº 225 programado, dar o aval de justiça a um Cidadão do porte do Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

Pelas razões acima esposadas, propomos o Voto de Louvor ao ilustre paranaense enfocado nesta justificativa.

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado a passagem da data comemorativa ao Dia da Imprensa - 10 de setembro, ressaltando o grande trabalho que os jornalistas e periódicos fazem em prol da democracia do País.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A comemoração de uma data tão significativa, como é o Dia da Imprensa, somente nos pode levar a analisar o papel desempenhado pelos jornais e jornalistas, em prol da democracia do País.

Cada denúncia, cada fato noticiado acerca de ações quer seja do povo, da iniciativa privada, quer seja do Governo, contribui para que as intenções sejam transparentes e fique clara a ação de grupos e dos seus interesses.

Não podemos prescindir da Imprensa, uma data é fato menor, ter jornais e notícias todos os dias é que faz a democracia.

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, correção no texto do Projeto de Lei Complementar nº 197/91, no seu Artigo 7º onde se lê Inciso II, leia-se Inciso I. Esta solicitação baseia-se no Artigo 188 - § 3º, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A referida correção é necessária para dar maior clareza à interpretação do Artigo 7º, do Projeto de Lei Complementar 197/91, pois o mérito e determinação do artigo 132 da Constituição do Estado é o de privilegiar os municípios ecológicos, e portanto, os impedidos de optarem pela industrialização intensiva e fatalmente poluidora.

A Lei 9491/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, sabiamente, no seu artigo 2º deixou clara a necessidade da regulamentação do artigo 132 da Constituição do Estado e já reservou o percentual de 5% (cinco por cento) para tal benefício. Além do que, propositadamente, alocou aos mais industrializados o índice de oitenta por cento (80%), deixando portanto de forma clara que daí seriam retirados os 5% (cinco por cento) dos municípios ecológicos, ficando os industrializados com setenta e cinco por cento (75%). Conforme inclusive determina a Constituição Federal em seu artigo 158 - Inciso IV - Parágrafo Único, I.

A correção em tela é portanto justa, pois o texto do artigo 7º do Projeto de Lei Complementar nº 197/91, define de 80% (oitenta por cento) para 75% (setenta e cinco por cento), portanto está falando do inciso I e não do II.

A compreensão dos nobres pares atenderá ao interesse dos municípios ecológicos e auxiliará para a qualidade de vida da população.

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja determinada ao Tribunal de Contas do Estado a realização de auditoria de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial na administração pública municipal de Ivaiporã, relativamente ao contido nas denúncias formuladas por integrantes do Poder Legislativo local, cujo teor é conhecido pelos ofícios em anexo.

Aproveitamos o ensejo para renovarmos a Vossa Excelência nossos votos de consideração, respeito e apreço.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A administração municipal de quaisquer dos entes federados submete-se aos princípios retores de "legalidade", "impeccabilidade", "moralidade" e "publicidade", constantes do Artigo 37 da Constituição Federal. Decorre daí que as contas públi-

cas, em quaisquer dos seus aspectos, devem ter a sua correção formal atestada e a destinação das verbas determinada por preceito legal, não devendo pairar dúvidas a respeito de sua origem ou destinação.

Na condição de órgão fiscalizador das contas públicas, cabe ao Tribunal de Contas, por iniciativa desta Assembléia, verificar a veracidade (ou não) das denúncias formuladas e que dizem respeito de "desastrada administração", emissão de "panfletos" de natureza partidária à margem da previsão legal e com dinheiro do povo; "gastos exagerados", pagamento aos servidores que não prestam serviços na Prefeitura; atraso de pagamento de servidores, quando a "folha de pagamento" não chega sequer à metade da arrecadação municipal; não resposta aos requerimentos efetuados pelos vereadores, devolvidos com informações incompletas e lacônicas, não transparecendo a realidade da administração municipal.

Cumprido ao Tribunal de Contas, em sua atuação fiscalizadora, esclarecer a verdade dos fatos relatados pelos vereadores, não devendo deixar dúvidas, findos os trabalhos de auditoria, sobre as denúncias de Ivaiporã, o seu povo trabalhador, merece o respeito de não ter de viver sob o estigma de ser uma comunidade que não tem o controle da sua administração; a comunidade de Ivaiporã merece, em verdade, que a sua administração seja exercida com idoneidade e segundo os princípios retores expressos na Constituição Federal, devendo ser esclarecida sobre a correção formal dos procedimentos efetuados pelos seus poderes constituídos.

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes oficiais ao Senhor Ministro da Agricultura, ao Senhor Presidente do Banco Central, ao Senhor Presidente do BANCO DO BRASIL e à Bancada Paranaense no Congresso Nacional solicitando providências urgentes para liberação de Empréstimos do Governo Federal-EGF para a atual safra agrícola de trigo, já em fase adiantada, necessitando de recursos para colheita e outros gastos.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

As cooperativas do Paraná estão vivendo mais uma vez um período difícil com a falta de crédito. A colheita do trigo, na região norte está 70% realizada e não há nem notícias concretas sobre os Empréstimos do Governo Federal-EGF. Os produtores estão buscando empréstimos a custos eleva-

dos para fazerem frente às despesas de colheita e outros gastos. A comercialização do produto está sofrendo entraves técnicos provocados pelos moinhos que exigem de 4 a 8 meses de descanso do produto.

Os produtores não aguentam esperar tal período sem crédito e dado ao custo financeiro as cooperativas não têm como conseguir carregar esses estoques por um período longo.

A aprovação das presentes medidas é necessária para agilizar a solução de mais esse grave problema da Agricultura Paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, para incluir o município de Agudos do Sul no atendimento pelo 17º Batalhão da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Agudos do Sul pertence à Comarca de São José dos Pinhais, onde está sediado o 17º BPM/PR, justo motivo de nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de expediente ao Ouvidor Geral do Estado, Sr. João Olivir Gabardo, solicitando seja procedida de uma Auditoria na A.P.P.A. - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - para evitar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo naquela Autarquia e que inclusive estariam colocando em perigo a situação financeira do Porto Público de Paranaguá, que pelas projeções efetuadas deverá fechar o ano com um "déficit" considerável de caixa.

Requer ainda, seja dada ciência do presente ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Transportes Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade de se formular o presente pedido, dá-se em razão da situação financeira daquela Administração. Pelos elementos contidos nos mapas do Diário Econômico e Financeiro, está bem claro que

o Porto está operando financeiramente no negativo. Somente com despesas de terceiros, taxas Federais e salários neste último quadrimestre, a APPA, terá que dispor de 8 a 9 bilhões de cruzeiros, sendo que neste período a arrecadação prevista será de 4 e 5 bilhões.

Ressalta-se que nesta previsão está-se levando em conta um aumento tarifário de cerca de 20% ao mês, como também está-se levando em conta um decréscimo de cerca de 20% na arrecadação do Porto, fato que os anos têm provado ser constante esta variação nos últimos meses do ano.

Se medidas urgentes não forem tomadas para sanar tal situação, o Porto poderá entrar em fase de insolvência, situação que certamente agradaria aos que não desejam um Porto Público, e desejam sua privatização. Em virtude de tal situação, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, solicita a aprovação deste requerimento para que as medidas necessárias sejam tomadas enquanto houver tempo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 398/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado o pagamento com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor total da tarifa de transporte coletivo nas regiões metropolitanas no Estado do Paraná, aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular de 1° e 2° graus, na conformidade da presente Lei.

Art. 2° - As empresas gerenciadoras do transporte coletivo nas regiões metropolitanas do Estado do Paraná concederão carteira especial para o gozo do benefício desta Lei, mediante declaração de matrícula e frequência escolares, expedida pela direção de cada estabelecimento de ensino.

Art. 3° - O departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes ou órgão que venha a sucedê-la, prestará o apoio necessário aos municípios para a implementação desta Lei.

Art. 4° - Só poderão beneficiar-se da presente Lei os estudantes regularmente matriculados e frequentes em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1° e 2° graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Art. 5° - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante decreto, as medidas que se fizerem necessárias à fiel execução desta Lei, num prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na

data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

I. CONSTITUCIONALIDADE

O art. 25 da Constituição Federal assegura, em seu § 3°, a competência dos Estados, através de Legislação Complementar, instituírem Regiões Metropolitanas para a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Constituição Estadual não apenas reafirma isso (e nem poderia ser diferente) como também cuida de obrigar o Estado a destinar anualmente em seu orçamento, recursos financeiros para a organização, planejamento e execução de tais funções.

É competência exclusiva dos municípios organizarem seus serviços de transporte coletivo, entretanto, sobre os serviços das regiões metropolitanas, incumbe ao Estado legislar.

Não se pretende, com o presente Projeto, obrigar os municípios a concederem o benefício do "meio passe" (que extrapolaria a competência do Legislativo Estadual). O que se objetiva é implantar o benefício no transporte metropolitano, prestado por empresas privadas por permissão do Estado, como no caso da Região Metropolitana de Curitiba, em que a empresa gerenciadora é o DSTC - Departamento de Serviços de Transporte Comercial da Secretaria de Transportes.

Não se trata, também, de isenção de tarifa, porque a Constituição só prevê isto em dois casos: deficientes e idosos.

O Projeto pretende instituir um pagamento diferenciado (o "meio passe"), como mecanismo de acesso à educação, uma vez que nos agrupamentos metropolitanos é comum o habitante de um município estudar em outro limítrofe, por oferta de cursos profissionalizantes; por falta de vagas no município de origem; e outras razões.

Esse pagamento diferenciado pode ser traduzido no atendimento que a Constituição obriga a União, os Estados e o Distrito Federal a prestar aos educandos, no seu art. 208:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

E, por derradeiro, deve justificar a nossa proposta, o próprio art. 177 da nossa Constituição Estadual:

A EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA, SERÁ PROMOVIDA E

INCENTIVADA COM A COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE VISANDO AO PLENO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA, SEU PREPARO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E SUA QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO.

Essa educação, segundo a mesma Constituição, deve ser proporcionada com base em princípios como a igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todas as crianças e jovens.

Há igualdade de acesso e permanência na escola ao estudante de classe menos favorecida (a maioria da população), numa realidade em que o salário da classe trabalhadora sacrifica a própria alimentação?

II - MÉRITO

As grandes razões para o presente Projeto, na verdade, já foram aludidas na Constitucionalidade, porque é salutar a forma como nossos constituintes incorporaram esse compromisso do Estado com o indivíduo, na sua educação como preparo para o exercício da cidadania solidária e responsável.

Ao abordar a igualdade de acesso e permanência de todos na escola, a Constituição abraçou o que é, na verdade, um dos compromissos que o Brasil tem com o seu próprio futuro. Negar acesso da população à educação, é apresentar um futuro sombrio a si próprio.

O Brasil não pode dar-se a esse privilégio (se é que o extermínio educacional e cultural de nosso povo pode ser assim interpretado).

O pagamento diferenciado da tarifa no transporte coletivo é, inegavelmente, um tratamento especial que o Poder Público daria a essa geração.

Podemos também nos furtar a concedê-lo, entretanto, o futuro cobrar-nos-á por ação ou omissão.

PROJETO DE LEI N° 399/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Será dispensado do estágio probatório, o professor da Rede Pública Estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O estágio probatório é o período biefinal em que a administração avalia a qualidade dos serviços prestados pelo servidor nomeado, após aprovação em concurso. Na medida em que o professor da Rede Pública Estadual tenha já concluído seu "estágio probatório" em um primeiro padrão, ou se-

ja, tenha já atestada a qualidade dos seus serviços cujas atribuições são idênticas, há de se dispensar o estágio probatório no segundo padrão.

Este projeto não impõe qualquer gasto para o Governo do Estado, disposição idêntica existe, por exemplo, no estatuto do Magistério de Curitiba e constitui em avanço nas relações de trabalho dentro da administração.

PROJETO DE LEI N° 400/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder o Gratificação de Regência de Classe de que tratam as Leis n.ºs 7.099/79, de 10 de janeiro de 1979; 7.507/81, de 15 de outubro de 1981; 8.003/84, de 12 de dezembro de 1984 e 8.934/89, de 26 de janeiro de 1989, a todo professor do Quadro Próprio do Magistério aposentado que, não a percebendo, tenha regido classe por um período de 3 (três) anos consecutivos ou 05 (cinco) anos alternados.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Pela competência constitucionalmente expressa, a instituição de gratificações que reflitam na remuneração dos servidores, é do Poder Executivo Estadual. Pode partir do Poder Legislativo, porém, uma autorização de que o Executivo cometa referido ato, de modo a não ingerir na competência que é do Poder Executivo.

Sobre a matéria em questão, ressalte-se o fato de ser aspiração da categoria, que detém parcela seriamente discriminada pelo não pagamento da referida gratificação. Esta parcela discriminada, aliás, é constituída de aposentados que deixaram o serviço público antes de completarem o período de percepção da gratificação, que lhe asseguraria a incorporação nos seus proventos de inatividade, sem que isso fosse, porém, de vontade própria, mas porque até 1988 os professores de 5.ª a 8.ª séries não percebiam tal gratificação, apesar de terem regido classe por 25, 30 e até 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura, inscrito.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Na semana passada, estivemos nesta tribuna quando fizemos uma grave denúncia no que se refere aos preços abusivos da semente de milho híbrido. Na mesma data, o nobre Deputado Corazza fazia sérios comentários, no que se refere à venda de trigo, a produção e o descaso que se encontra a agricultura brasileira e especialmente a paranaense.

Hoje, voltamos para falar, após receber um telex da Cooperativa Agropecuária de Rolândia e das cooperativas da região, para falar de trigo, infelizmente.

Acontece, Senhores Deputados, que a safra de trigo já está chegando ao seu final. Na região de Rolândia, 70% mais ou menos deste produto já foi colhido. Na região de Maringá há cerca de 90% e lamentavelmente, Senhores Deputados, até o presente momento não tivemos a felicidade de receber o EGF - Empréstimo Governo Federal e é lamentável que com este descaso, o produtor de trigo já descapitalizado, grande sofredor, está vendendo o seu produto por preços inferiores ao mínimo, que aliás o preço mínimo já é insuficiente para sustentação deste cultivar tão importante que é o trigo.

Os Senhores Deputados já ouviram inclusive um pronunciamento nosso que falávamos do descaso, em que o Governo Federal autorizou a importação de 3,7 milhões de toneladas de trigo, gastando a soma de 750 milhões de dólares para a importação do produto, quando com apenas 520 milhões de dólares o Paraná, o Brasil poderia colher estes 3,7 milhões de toneladas deste produto tão essencial para alimentação da população de nosso País.

Infelizmente, os produtores agrícolas, os triticultores estão vendendo trigo para alimentação de porcos, isto que é profundamente lamentável em um país que a população, aquela de baixa renda praticamente, já está passando fome e é importante, Senhores Deputados que nos unamos, porque também nós somos responsáveis e estamos neste sentido encaminhando um Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Antônio Cabreira, para o Senhor Presidente do Banco do Brasil, pedindo a sensibilidade deles para que autorizem os Bancos em geral, de um modo especial o Banco do Brasil, para que proceda esse empréstimo tão necessário para que o triticultor não tenha necessidade de proceder a venda do seu produto por preços realmente inferiores ao mínimo, como disse. Infelizmente a produtividade do trigo está muito baixa. Primeiro pela falta da aplicação do insumo básico. Segundo, o problema climático que atravessamos. Estão colhendo os Senhores agricultores cerca de quarenta a cinquenta sacas desse produto, mais uma vez o produtor se torna descapitalizado,

não tendo força para dar sequência em ser um produtor agrícola.

Por isso, eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este nosso Requerimento tivesse a aprovação da Casa e que com urgência, o Governo Federal, através dos seus órgãos, pudesse repassar recursos suficientes para que os produtores de trigo tenham uma condição de vida muito melhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alcaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Os servidores públicos do Estado do Paraná neste ano estão vivendo uma das piores situações econômicas dos últimos tempos. Para eles esta situação não tem sido novidade pois é a continuidade da política de achatamento salarial que o Governador Álvaro Dias tinha e executava como política no seu tempo de Governo. Os servidores públicos do Estado sendo eles da ativa ou inativos, aposentados ou pensionistas, estão vivendo em grande dificuldade. O Governador, no mês passado, anunciou um abono de treze mil cruzeiros a esses servidores. Enquanto anuncia-se um abono, por outro lado rouba dos salários dos servidores cerca de trinta, quarenta ou vinte mil cruzeiros, dependendo do nível e da situação que se encontravam. Esse roubo salarial é feito retirando do item "vantagens" que esses servidores tinham. E nós temos Parecer que foi dado na administração do ano passado, onde coloca que esses adicionais e essas vantagens devem ser levadas no tempo de aposentadoria e devem ser pagas integralmente pelo Senhor Governador. Esse Parecer foi dado pelo ex-Chefe da Casa Civil, dr. Wagner Pacheco. Parecer dado num Governo do PMDB não serve no Governo seguinte, uma vez que Roberto Requião retirou essas vantagens dos servidores do Poder Executivo. Temos a informação que os servidores do Poder Legislativo e do Poder Judiciário mantiveram essas vantagens, enquanto os do Poder Executivo as perderam. Só o que se retira nas vantagens é o suficiente para cobrir o abono e ainda sobra dinheiro em caixa. Essa é a política do Senhor Governador Roberto Requião: a de lesar os servidores públicos, a de submeter os servidores públicos a um grande achatamento e a uma grande perda salarial.

Por outro lado, o que nos deixa triste é que algumas dessas lideranças dos Servidores Públicos do Estado, que fazem o discurso demagógico em defesa dos servidores, têm uma política em sua entidade completamente diferente da demagogia que faz fora

da entidade. É o caso do Senhor Isaias Ogliari, Presidente do Sindicato e APP do Estado do Paraná, que, enquanto reivindica reajustes justos, que se mantenham as vantagens, que se reponham as perdas salariais e que se tenha uma política salarial - e isso é correta -, demite trabalhadores daquela entidade, trabalhadores que percebiam salário em média de 60 mil cruzeiros e contrata os seus apaniguados e parentes com salário médio de 150 mil cruzeiros. Isso nos deixa triste. São líderes sindicais que fazem um discurso diferente da prática e aqui cobramos desses líderes coerência entre discurso e prática; e cobramos do Senhor Governador do Estado a reposição salarial e a garantia dos direitos desses servidores, não cortando as vantagens, uma vez que os salários já são miseráveis e de fome.

É essa a cobrança que fazemos em nome do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Recentemente o Governador do Estado do Paraná assumiu uma posição muito clara em defesa do Porto Público de Paranaguá, em nosso Estado.

Na ocasião, o Governador do Estado foi um dos que se somou à campanha feita a nível nacional, inclusive sob a iniciativa da Prefeitura de Santos, na defesa dos portos públicos e contrária à privatização dos portos em nosso País.

Todavia, a defesa das empresas públicas, de um modo geral, deve vir acompanhada de um exemplo de probidade, de racionalidade, de eficiência dessas instituições públicas. Essas condições são extremamente necessárias neste momento em que uma campanha e uma ofensiva neo-liberal em nosso País procura demonstrar à sociedade que as empresas privadas têm melhores condições de serem geridas com eficiência do que as empresas públicas.

É exatamente por conhecer a posição do Governo do Estado do Paraná, favorável à manutenção do porto público, por conhecer também os posicionamentos que o Governador do Estado do Paraná perante a imprensa local e nacional, onde reafirma sempre que pode, que irá preservar, sob todos os aspectos, a probidade na administração pública do Estado do Paraná. E, tendo em vista as informações que chegaram à Bancada do Partido dos Trabalhadores, informações que nos trazem muitas preocupações, é que nós vamos formular aqui um apelo ao Governador do Estado do Paraná, que pedimos seja transmitido pela sua Bancada de

sustentação e também pedimos a esta Casa aprovação de um requerimento que a Bancada do PT hoje apresenta.

Neste requerimento, nós pedimos o envio ao Ouvidor Geral do Estado do Paraná bem como que se leve ao conhecimento do Secretário de Transportes do Estado do Paraná e do Governador Roberto Requião.

As informações contidas nos mapas "Diário Econômico e Financeiro do Porto de Paranaguá", trazem dados alarmantes.

E segundo informações que obtivemos, no último quadrimestre deste ano, o Porto de Paranaguá terá que dispende de 8 a 9 bilhões de cruzeiros somente com despesas de terceiros, taxas federais e salários desse último quadrimestre. Sendo que, neste mesmo período, a arrecadação prevista para o Porto de Paranaguá, segundo informações por nós obtidas, é de 4 a 5 bilhões.

O que significa a se confirmar esses dados graves que nós teremos esse ano no Porto de Paranaguá um fechamento com um "déficit" de mais de 4 bilhões de cruzeiros naquele Porto, o que levará, certamente, a uma situação de completa insolvência do Porto de Paranaguá. E nós estaremos aí jogando água no moinho daqueles que defendem a privatização do Porto.

Não bastasse isso, essa situação e esses dados preocupantes sobre a situação financeira e as projeções do Porto de Paranaguá, nós, ainda, nos deparamos com algumas informações que entendemos merecem extremo rigor na apuração por parte do Governo Estadual.

Primeiro, temos aqui um telex enviado ao Porto de Paranaguá dizendo que há uma conclusão, há uma consulta feita pela Administração do Porto de Paranaguá falando sobre a dispensa de licitação para a contratação de seguro de vida e acidentes pessoais.

Telex, para nós, no mínimo suspeito. Nós sabemos que até o Governador do Estado do Paraná que reiteradamente tem efetuado denúncias sobre monopólio de seguros no Paraná, tem dito aos quatro cantos deste Estado que a Administração Pública precisa ter mais zelo, tomar alguns procedimentos cautelares, adotar licitações na contratação de seguros de vida e acidentes pessoais.

E aqui estamos perante um caso onde há, através de uma consulta, a sugestão de não haver licitação na contratação de seguro.

Temos aqui também informações sobre a utilização de veículos do Porto de Paranaguá, daquela autarquia, por funcionários para fins pessoais.

Agora, o mais grave de tudo, temos aqui um contrato para a manutenção preventiva e corretiva de 18 guindastes do Porto

de Paranaguá, 17 do Porto de Paranaguá e 1 de Antonina. Onde aquela autarquia, Administração dos Portos, firmou um contrato, para que uma determinada empresa, procedesse a manutenção dos guindastes dos Portos de Paranaguá e de Antonina. Para em seguida, tomarmos conhecimento de um documento da Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná, informando que um dos guindastes situado no Porto de Antonina, não recebe vistoria e manutenção há 12 meses, apesar de constar nos relatórios daquela autarquia o pagamento da referida manutenção. Ou seja, o Porto de Paranaguá paga manutenção de um guindaste o qual não recebe vistoria há mais de um ano, inclusive, segundo consta, o Porto de Antonina está até desativado. Não obstante, a empresa de manutenção tem recebido religiosamente em dia os seus pagamentos.

Mais uma coisa a macular a imagem das administrações e empresas públicas no nosso País. Que o Governador do Estado não pode, sobre hipótese alguma, deixar passar em branco sem uma investigação profunda.

Temos aqui um requerimento feito pelo Senhor Capitão de Mar e Guerra, do Porto de Paranaguá, pedindo informações sobre a previsão do reinício de operação de dragagem de manutenção do Canal da Galheta, em virtude da necessidade de total segurança na navegação e reposicionamento de bóia.

Portanto, o Capitão de Mar e Guerra, Capitão dos Portos, pede uma informação à Administração dos Portos sobre a previsão do início da operação de dragagem. Em seguida, a Superintendência do Porto de Paranaguá, encaminha ofício à Procuradoria daquela Autarquia, solicitando uma manifestação sobre a possibilidade do procedimento de dispensa de licitação para execução de serviços de dragagem de manutenção do canal face à urgência da obra. Quer dizer, quem solicitou a informação não fala em urgência da obra. Já a correspondência enviada à Procuradoria, procura colocar a necessidade do procedimento de dispensa de licitação. Feita a dispensa de licitação, nós chegamos Senhor Presidente, Senhores Deputados à informação mais grave. A Administração dos Portos de Paranaguá contrata uma empresa do Rio de Janeiro para fazer a dragagem do Canal do Porto, pagando a uma empresa sem que houvesse licitação, o valor de 2 milhões cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um dólares. O mesmo serviço executado por uma outra empresa em 1985, custou exatos 1 milhão, trezentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e quatro dólares. Ou seja, uma diferença de mais de oitocentos mil dólares pagos à empresa sem que houvesse licitação. Mais do que isso, uma informação inclusive, de funcionários da própria Admi-

nistração dos Portos, sugere que, considerando que o valor proposto é de 54,8 superior ao praticado no último contrato, sugere que sejam adotadas algumas cautelas para firmar o referido contrato, ou pelo menos, para que esse contrato fosse renegociado em outras bases.

Eu acho que tendo em vista essas informações, a população do Paraná exige um esclarecimento limpo sobre o que ocorre naquele Porto.

E, para concluir, Senhor Presidente, nós temos certeza de que este Requerimento receberá o apoio da Bancada do Governo. Porque nós temos certeza também, que a Bancada do Governo e principalmente o Governador do Estado do Paraná não ficará imóvel e omissos perante estas considerações. Exatamente a auditoria que nós estamos propondo seja imediatamente realizada no Porto de Paranaguá, quer para esclarecer as sombrias previsões financeiras daquela Instituição, quer para esclarecimentos destes indícios de corrupção existente. Nós temos certeza de que o Governo do Estado do Paraná agirá com rigor, até para salvaguardar a idoneidade moral do Chefe do Executivo Paranaense.

É por isso que nós estamos certos de que a Bancada Governista irá apoiar este nosso Requerimento e o Governo do Estado, por sua vez, irá a fundo para investigar estas informações que nós trazemos, e fundamentalmente, que traga ao conhecimento da opinião pública os resultados. Doa a quem doer.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Horário destinado ao Grande Expediente. O primeiro orador inscrito é o Deputado Luiz Carlos Aborghetti, o qual se encontra ausente do Plenário.

Passamos ao Horário das Lideranças. Como ninguém dele deseja fazer uso, passa-se, de imediato, à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo

distribuído aos Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 71/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 360/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 74/91, que aprova um crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei ESTADUAL n° 9494 de 21 de dezembro de 1990, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 362/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 72/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.635.500.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais-Paraná-Rural/BIRD-DER, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 363/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 68/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 (quarenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 364/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 70/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina aprovado pela Lei Estadual n° 9494, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA: Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

377/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 75/91, que fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.399.000,00 (setenta e cinco milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à elaboração de Projetos Técnicos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR e a realização do curso de especialização sobre Engenharia de Materiais Metálicos pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme anexo desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em Votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Só, Senhor Presidente, para discutir que este crédito não é de Cr\$ 75.399.000,00 senão de Cr\$ 57.399.000,00. Eu quero que se esclareça o montante porque Cr\$ 20.000.000,00 do dinheiro público devem ser objeto da apreciação da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Presidência agradece a atenção do Deputado Rafael Greca e explica que o Projeto é no valor de Cr\$ 57.399.000,00, aprovado ontem em 1.^a Discussão, houve erro de impressão na Ordem do Dia.

O SR. RAFAEL GRECA - Queira Deus, que só tenha havido erro de impressão!

Bom, segunda coisa: vamos votar favoravelmente ao Projeto embora reconhecendo que pese sobre ele o veto da inconstitucionalidade. Claro que o motivo de um curso de especialização sobre engenharia de materiais metálicos, na Universidade Estadual de Ponta Grossa nos provoca a votar favoravelmente. São Cr\$ 14.000.000,00 para este Curso. E os projetos técnicos elaborados pelo TECPAR ficam sob responsabilidade da Bancada do Governo, que se informe a essa Casa que tipo de projetos técnicos. Porque não tem sentido se concentrar dinheiro na Governadoria a pretexto de pesquisa científica e tecnológica e se desrespeitar tanto a Constituição como a Lei Orçamentária vigente! O Partido que está no Poder é do Movimento Democrático Brasileiro e deve então primar pela Democracia que ajudou a construir, evitando sobremaneira esta licenciosidade com o dinheiro público!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para discutir, com a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu gostaria de justificar o meu voto,

uma vez que a verba está saindo do FUNCITEC e como já foi dito, a Lei Orçamentária diz que este dinheiro deve ficar no FUNCITEC até que seja regulamentado o Artigo 205 da Constituição. Este Projeto de Lei já está tramitando na Casa e nós então, não poderemos votar a favor dessa suplementação. Votamos a favor de todas as outras suplementações, porque em todas elas o dinheiro saiu de local que poderia ter saído, inclusive eu quero justificar que o meu voto a favor da Universidade Estadual de Londrina, não tenho nada contra a Universidade Estadual de Ponta Grossa, muito pelo contrário, temos aqui lutado para que haja verba para as instituições de ensino, temos lutado também aqui nesta Casa, para que haja verbas para as instituições de pesquisa, mas nós não podemos concordar que esta verba seja retirada de um órgão, de um Fundo, no qual a Constituição diz que ele deve ficar até a regulamentação do Artigo 205.

Na Universidade Estadual de Londrina, o dinheiro está sendo retirado da própria Universidade, de um local para ser alocado em outro local da própria Universidade. Não estou votando contra o TECPAR e nem contra a Universidade de Ponta Grossa. Eu acredito que temos que investir, temos que ter mais verbas para os órgãos de ciência e tecnologia, para os órgãos de pesquisas e principalmente para as nossas universidades, que é uma luta nossa, minha e de muitos Deputados aqui na Assembleia Legislativa. Eu quero então declarar o meu voto contrário porque a verba está saindo do FUNCITEC e não poderia sair de acordo com o artigo 8º da lei orçamentária e do artigo 205 da Constituição Estadual. Obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós estamos aqui de posse do parecer da CCJ em relação a esse Projeto que, por unanimidade aprovou essa mensagem, inclusive estranhamos a atitude da Deputada Emília Belinati, uma vez que ela assinou também, deu o seu parecer favorável, concordou com a constitucionalidade desse Projeto. Estranhamos portanto, mais uma vez, a atitude de alguns Deputados, no caso especificamente aqui da Deputada Belinati, onde ela assina uma coisa e no Plenário ela se contradiz veementemente.

A SRA. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Que bom Deputado Renato Adur, se todos nós soubéssemos nesta Casa e não incorrêssemos em nenhum erro. Eu quero agora, aqui, diante de todos, dizer que realmente eu votei favorável, porque quando foi dado o parecer na CCJ, não foi lido todo ele, foi dado o parecer somente favorável; como nós

Curitiba, terça, em 10.09.91

temos votado em todos os outros Projetos de suplementação do Governo do Estado para não emperrarmos a máquina do Estado, nós temos votado a favor. Eu quero aqui, diante de todo mundo, dizer que eu incorri num erro, mesmo porque eu votei a favor, mas no momento que tomei conhecimento deste, apresentei um Requerimento a esta Casa ontem, pedindo que este Projeto, que esta Lei retornasse à CCJ. Eu quero aqui dizer que eu errei, eu estou sujeita a erros, que bom se os nossos companheiros da Bancada do Governo reconhecessem os erros que têm cometido, aprovando Projetos inconstitucionais, consequência, vêm sempre aprovando Projetos desta forma. Que bom se cada um de nós aqui pudéssemos reconhecer os nossos erros e voltar atrás e dizer que erramos e buscar corrigir quando nós erramos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrada a discussão. Em votação - Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão, com voto contrário da Deputada Emília Belinati. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação e utilização de área do imóvel que especifica, destacada de área maior doada ao Município de Campo Largo, conforme a Lei nº 7335 de 16/06/80, para construção de um Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica, e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 303/91

PARECER:

Em analisando a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Neivo Berardin, que autoriza o Poder Executivo a anuir na Doação e Utilização de Área do imóvel que especifica, para construção de um Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica, no Município de Campo Largo. Sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentabilidade, nada encontramos, que possa inviabilizar a pretensão.

Pelo que nosso parecer é favorável, pela regular tramitação legislativa do feito, com sua aprovação final pelo Egrégio Plenário.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO

PARECER:

Examinando os termos da Proposição nº 303/91, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação e utilização de uma área de terras para construção de um Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica, no Município de Campo Largo, sob responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, e por se tratar de matéria de alta relevância educacional e social, sob o ponto de vista desta Comissão, somos favoráveis para que a referida propositura alcance seus objetivos.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 045/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a redação do art. 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 26.08.91).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/91**

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, altera a redação do art. 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais.

A medida atende a sugestão da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que propõe alterações corretivas na Resolução nº 004/90, com o propósito de sanar incoerências cartográficas que dificultam o traçado do polígono definidor da área.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria, bem como não há qualquer mudança na essência da Resolução referida.

Neste sentido, manifestamos nosso PARECER FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - No Diário da Assembléia publicado ontem, na pauta tinha em 3ª publicação o Projeto nº 266/91, que deveria constar na Ordem do

Dia de hoje e não está constando.

Solicitamos esclarecimentos da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa vai lhe dar a resposta em seguida.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2276, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2275, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2274, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2278, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2270, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2277, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2268, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2279, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2280, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Solicitei esclarecimentos da Mesa sobre o Projeto nº 266/91...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Projeto já está incluído na Ordem do Dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

e do Projeto de Resolução nº 045/91.

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/91

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059/91, 266/91, 306/91, 307/91, 310/91, 319/91, 322/91 e 324/91.

Levanta-se a sessão.